

A Monarquia

No processo de crescente orientação da economia pelo poder político, é fundamental que o País não parte do zero, à volta de palavras e processos que poderão aparecer como soluções colectivizantes e + responsáveis da gestão.

- A expressão "nacionalizaç." é frequentemente entendida como sinónima de "intervenção pelo Estado" ou passagem de uma emprese pública "sector público". Mas na prática tal equivalência é ambígua, uma vez que não implica c/ a nacionalizaç. uma organização de produção e das relações sociais que seja uma autêntica alternativa ao capitalismo de Estado.

Por isso, em vez da coordenação de um conjunto de actividades económicas e/real controle do Estado, o único feito que acontece é o Estado pensar a ser "o patrão", o "grande empresário".

Por isso,



A integraç. no chamado "sector público" é com logo se apenas a gestão mudar de mãos. A nacionalizaç., para ser eficaz, tem de significar que há um sector público de actividade económica, i.e., um conjunto de actividades dotadas de

um mínimo de coeréncia interna, tendo um
objectivo comum e um princípio de funcio-
namento específico. Antes de tentar esboçar em
~~que consiste tal coeréncia, tal objectivo e tal princípio~~ é porta-
~~publicar as dificuldades que sub-jacentem à fe-~~
recom mais clara! q.º se analisa o
processo de nacionalização actual/ em
curso.

— ~~não serve o interesse nacional~~ o Estado
"nacionaliza" as perdas e a privatiza,
cada vez mais os lucros, ao cobrir
(ainda q temporaria!) as empresas defi-
citárias

— o Estado mantém concorrencial/
empresas do sector público no mesmo
domínio e em condições intrusivas/ defi-
citárias; ~~assim~~ ex. os caminhos de ferro,
as empresas de transportes urbanos e a
rede rodoviária).

— o Estado chama a si a gestão de
empresas, ~~deixando-as num universo micro-económico~~
~~detendo-os de uma forma~~
e administradores q n têm direchivas
económicas nem são informados (não a
informação não existe!) da visão global
do Governo sobre o sector

3

Importa quebrar a intervenção do Estado no sector económico tem um objectivo básico duplo:

- assegurar o funcionamento de sectores de actividade que, por tão decisivos que são no processo produtivo, não devem estar entregues à iniciativa privada mas sim ao Estado que zela pelo interesse de todos os cidadãos, (p.ex. a ^{bancos ...})
 - garantir que os sectores essenciais da economia que gradualmente tornam sectores ~~de~~ em que há dificuldades estruturais de rentabilidade (p.ex., a evolução da indústria do ácido sulfúrico) sejam geridos pelos Estados e suportados assim por toda a comunidade, deixando-os do circuito do lucro.
- Fundação Cuidar o Futuro
- Conjuntural / o Estado vê-se obrigado a alargar este leque, já que a gestão de empresas deficitárias demanda si a gestão de empresas deficitárias mas impõe que tornar claro que o fará apenas respeitar o seu objectivo de máximos emprego e de forma temporária.

✓ de resto, a história mostra que se trata de um imperativo em regime g.º devido à causa a reconstrução nacional

